



## Percepções estudantis quanto ao racismo visto pela experiência de uma professora negra

*Student perceptions regarding racism seen by the experience of a black teacher*

*Percepciones de los estudiantes con respecto al racismo visto por la experiencia de un profesor negro*

Léia Patricia Conceição Santos de Jesus<sup>1</sup>  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Cléa Cardoso da Rocha<sup>2</sup>  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

### RESUMO

O presente artigo apresenta discussões e análises das percepções estudantis quanto ao racismo. Trata-se de trabalho de conclusão do curso de licenciatura em geografia, lecionado na Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. A elaboração dessa pesquisa foi proporcionada a partir de experiências decorrentes de atividades do estágio de observação, de coparticipação e regência de classe durante dois anos (2018 e 2019). Foi desenvolvida sob uma abordagem qualitativa, os procedimentos metodológicos estão pautados na observação comportamental e atitudinal dos discentes sobre a questão racial, discussões teóricas sobre o tema, realização de atividades e grupo focal com 15 estudantes de uma escola estadual localizada na cidade de Feira de Santana/BA. Os relatos estudantis ilustram a tenacidade do racismo institucionalizado, suas sutilezas e as reações dos discentes perante situações racistas. Consideramos, também, as situações ocorridas em outros ambientes sociais, como o ciclo familiar, que foi componente enriquecedor para a pesquisa.

**Palavras-chave:** Racismo institucional; Estudantes; Sociedade; População negra; Professoras/es.

### ABSTRACT

This article presents discussions and analyzes of student perceptions about racism. This is the conclusion work of a degree course in geography, taught at the State University of Feira de Santana - UEFS. The elaboration of this research was based on experiences resulting from observation internship activities, co-participation and class management for two years (2018 and 2019). It was developed under a qualitative approach, the methodological procedures are based on the behavioral and attitudinal observation of students on the racial issue, theoretical discussions on the subject, activities and a focus group with 15 students from a state school located in the city of

<sup>1</sup> Licenciada em Geografia e Bacharelada em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Pesquisadora no Grupo de Pesquisas em Linguagens, Poder e Contemporaneidade (GELPOC/IFBA), do Instituto Federal da Bahia. <https://orcid.org/0000-0003-1889-2142> E-mail: [leia.pcsj@gmail.com](mailto:leia.pcsj@gmail.com). Endereço institucional: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte. CEP 44036-900 - Feira de Santana – Bahia.

<sup>2</sup> Professora Assistente do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Subárea: Metodologia e Prática de Ensino de Geografia. <https://orcid.org/0000-0002-7449-6526> E-mail: [cleabase@yahoo.com.br](mailto:cleabase@yahoo.com.br) Endereço institucional: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte. CEP 44036-900 - Feira de Santana – Bahia.



Feira de Santana/BA. Student reports illustrate the tenacity of institutionalized racism, its subtleties and the reactions of students to racist situations. We also consider situations that have occurred in other social environments, such as the family cycle, which was an enriching component for research.

**Key words:** Institutional racism; Students; Society; Black population; Teachers.

## RESUMEN

Este artículo presenta discusiones y análisis de las percepciones de los estudiantes sobre el racismo. Este es el trabajo de conclusión de un curso de licenciatura en geografía, impartido en la Universidad Estatal de Feira de Santana - UEFS. La elaboración de esta investigación se basó en experiencias resultantes de las actividades de prácticas de observación, coparticipación y gestión de clases durante dos años (2018 y 2019). Fue desarrollado bajo un enfoque cualitativo, los procedimientos metodológicos se basan en la observación conductual y actitudinal de los estudiantes sobre el tema racial, discusiones teóricas sobre el tema, actividades y un grupo focal con 15 estudiantes de una escuela estatal ubicada en la ciudad de Feira de Santana/BA. Los informes de los estudiantes ilustran la tenacidad del racismo institucionalizado, sus sutilezas y las reacciones de los estudiantes ante situaciones racistas. También consideramos situaciones que ocurrieron en otros entornos sociales, como el ciclo familiar, que fue un componente enriquecedor para la investigación.

**Palabras clave:** Racismo institucional; Estudiantes; Sociedad; Población negra; Maestros.

## Para início de conversa

Pois bem, estamos aqui, vivenciando o século XXI, mais especificamente no final da segunda década do século XXI, entretanto algumas experiências são as mesmas. Questões que deveriam ter sido vencidas em séculos passados, não foram, nem na realidade brasileira nem na realidade mundial. Nós, brasileiras e brasileiros, ainda vivenciamos o racismo dissimulado na sociedade. Realidade essa, vivenciada e experienciada por todos os cidadãos negros brasileiros, independentemente de sua idade: o racismo, o preconceito, a discriminação racial não se limitam a idades ou a gêneros, perseguem, desqualificam, rotulam e segregam de forma maciça a sociedade da qual fazemos parte.

A abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, proporcionada pela luta do povo negro no Brasil, não foi eficiente para que o germe do racismo não se propagasse durante gerações e nos alcançasse. Doravante, é indispensável lembrar que a abolição da escravatura no Brasil não foi uma concessão da coroa através da Princesa Isabel; também se faz importante ratificar que os negros escravizados não estavam fleumáticos quanto à situação, pois a conquista da abolição da escravatura é resultado de lutas e pressões incessantes da população negra, escravizada e livre, sobre o império. Pensar ainda, na contemporaneidade, que através de benevolências do império brasileiro foi que os negros afro-brasileiros

conquistaram liberdade é desconsiderar mais de trezentos anos de lutas e conquistas da população negra. Hoje os negros brasileiros vivenciam outros tipos de prisões, estas ideológicas, pois o germe racista faz parte do nosso cotidiano.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou no ano de 2019 que a população brasileira passava de 210 milhões de pessoas, a população negra – segundo critérios da instituição é a junção das pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas, representava o total de 56,2% de brasileiros (IBGE - PNADC/A). No ano de 2018, dos cargos gerencias 29,9% foram ocupados por pessoas pretas ou pardas, a taxa composta de subutilização que é a “soma das populações subocupada por insuficiência de horas, desocupada e força de trabalho potencial” (BRASIL, 2019), nos indicava que 18,8% equivalia as pessoas brancas, enquanto 29% as pessoas pretas e pardas, as pessoas pretas ou pardas formavam cerca de dois terços das pessoas desocupadas, sendo 64,2% e das pessoas subutilizadas, e 66,1% na força de trabalho em 2018. Sendo assim no ano supracitado a população na força de trabalho, desocupação e subutilização indicavam: 43,9% brancas e 54,9% pessoas negras, 34,6% brancas e 64,2% pretas e pardas e 32,7% brancas e 66,12% pretas e pardas, respectivamente (BRASIL, 2019).

A distribuição de renda e condições de moradia nos indica que em 2018 32,9% das pessoas pretas ou pardas viviam com renda inferior a US\$ 5,50/dia, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas negras ou pardas equivale a R\$ 1.608 enquanto que o da pessoa ocupada branca correspondia a R\$ 2.796, ou seja, no ano de 2018 enquanto o rendimento médio das pessoas ocupadas brancas atingiu R\$ 17,0 por hora, entre as pretas ou pardas o valor foi R\$ 10,1 por hora. Outra apreciação pertinente se refere à representação política, no ano de 2018 apenas 24,4% dos deputados federais eleitos eram pretos ou pardos em contrapartida 75,6% se aludiam a pessoas brancas e outras<sup>3</sup>, dos deputados estaduais 71,1% são brancos e outros, e 28,9% são pretos ou pardos, já os vereadores 42,1% são pretos ou pardos e 57,9% são brancos e outros (BRASIL, 2019).

<sup>3</sup> Devido às restrições impostas pela baixa representação das populações indígena e amarela no total da população brasileira quando se utilizam dados amostrais, e uma vez que a maior parte das informações ora apresentadas provêm da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, as análises estão concentradas em apontar as desigualdades entre as pessoas de cor ou raça branca e as pretas ou pardas (BRASIL, 2019, p.2).



Outra questão que nos chama a atenção está voltada à educação, infelizmente a desvantagem da população negra também é notória. No ano de 2018 a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi equivalente a 9,1%, já a proporção das pessoas negras ou pardas de 25 anos ou mais de idade com pelo menos o ensino médio completo foi de 40,3%, no mesmo ano a população branca tinha 55,8% das pessoas com 25 anos ou mais com o ensino médio completo. Ao nos referirmos ao ensino superior, quase que dobra a proporção de jovens brancos (com idade entre 18 a 24 anos) que frequentavam ou já haviam concluído o ensino superior, no grupo etário, os jovens de cor ou raça branca equivaliam a 36,1% enquanto que os jovens de cor ou raça preta ou parda 18,3%, os jovens nessa faixa etária que estavam cursando o ensino superior tinham o contingente da população negra de 55,6% enquanto os jovens brancos representavam 78,8%, a taxa de ingresso era de 35,4% na população preta ou parda e de 53,2% na população branca, esses dados podem ser explicados pela taxa de conclusão do ensino médio da população preta ou parda (61,8%), menor que a taxa da população branca (76,8%) (BRASIL, 2019).

O Atlas da Violência 2020 desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, nos indica outra informação de extrema importância, em 2018 houve 57.956 homicídios no Brasil o que corresponde a uma taxa de 27,8 mortes por 100 mil habitantes, sendo que o Estado com maior número de homicídios foi a Bahia com 6.787 casos, e o Estado que contabilizou menores casos foi o Acre com 409 casos. No Brasil a principal causa de morte dos jovens, pessoas com idade entre 15 e 29 anos, é o homicídio, foram 30.873 jovens vítimas de homicídios no ano de 2018, os negros representaram 75,7% das vítimas de homicídio, diante disso percebemos que para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos, entre os anos de 2008 e 2018 houve o aumento da taxa de homicídios de 11,5% para os negros, enquanto que para os não negros houve a diminuição de 12,9% no mesmo período (IPEA, 2020).

Diante desses dados, fica claro que a população negra é maioria na população brasileira, no entanto, a superioridade nos números não é refletida na sociedade. Somos incontestáveis minoria no mercado de trabalho formal, nas posições de liderança, nas representações políticas; porém, o quadro muda quando nos reportamos a outros quesitos,

visto que, somos maioria ao falarmos em: desemprego, subocupação, vítimas de homicídio, população com maior taxa de analfabetismo no país.

Sendo assim, esta pesquisa teve o intuito de alcançar os seguintes objetivos: Compreender como o racismo e a identidade negra são experienciados pelos estudantes, bem como o papel da escola na reafirmação da luta da população negra no Brasil. Realizar discussões teórico-conceituais sobre racismo, empoderamento, identidade, identidade negra. Diagnosticar, por meio de atividades, e em especial de um grupo focal, como os discentes, sujeitos da pesquisa, percebem/vivenciam o racismo no cotidiano, bem como a repercussão na construção de suas identidades. Refletir sobre o papel da escola e das professoras e professores negros e não negros na reafirmação das identidades dos estudantes negros.

O texto está estruturado da seguinte maneira: de início temos a introdução em que situamos o tema da pesquisa, seus objetivos, fazemos um panorama do que trata e sua relação com a contemporaneidade, logo após identificamos os sujeitos da pesquisa e como a mesma foi construída, em seguida examinamos os conceitos e teorias que fundamentam esse artigo, após, elencamos os caminhos da pesquisa, em seguida, refletimos sobre os resultados, posteriormente desenvolvemos as conclusões e por fim as referências.

### **1. Uma consciência alheia teria as mesmas indignações?**

No título desta pesquisa menciono a professora negra, julgo importante apontar o fato de ser eu uma mulher, professora e pesquisadora negra, filha da educação pública desde o ensino infantil e buscando caminhos para contribuir com ela. Nesse percurso traço um compromisso político-social que está voltado a tirar as escamas que nos foram impostas e por muito nos impediram de ver que vivemos em uma sociedade desigual, tirar as escamas dos nossos olhos nos permite pensar, refletir e questionar a forma de vida que levamos ou fomos levados a viver, pensar o mundo em que vivemos e questioná-lo de forma sábia, não consentindo que alguns acontecimentos e situações sucumbam à naturalização.

O Brasil tem um largo campo de professoras/es, são 1.914.119 docentes somando os do ensino fundamental e médio (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019), entretanto o que



pautamos, nesse momento, não é a quantidade de professores ou sua cor de pele, na realidade não importa se são de pele branca ou preta, mas sim como eles se posicionam quanto às questões raciais no Brasil, quais pensamento eles têm (temos) evidenciado em sala de aula, acredito que devemos buscar uma consciência antirracista, nesse sentido, procuro ser uma mulher, pesquisadora e professora que não está acomodada com o racismo em nossa sociedade, e a luta contra este é um dos meus compromissos políticos.

Fosse eu uma professora negra que fizesse a escolha de me acomodar ao que está posto quanto às questões raciais no Brasil, fosse eu branco ou fosse ainda um pesquisador/professor do sexo masculino, de certo esse texto tomaria outros caminhos. Fossem os atores principais dessa pesquisa, estudantes de uma escola particular, estudantes do centro de Feira de Santana/BA ou ainda estudantes de uma das grandes cidades do Brasil, fossem pessoas brancas em sua maioria, por certo teriam um “olhar” e experiências diferentes sobre esse tema e os relatos aqui estudados teriam outro conteúdo, tomando assim outro sentido.

Sem dúvidas, por se tratar de um quadro completamente contrário a este ilustrado acima, esse texto se apresenta como uma análise (das muitas que é possível fazer) da maior parte da população brasileira, a saber: a população negra. Os relatos estudantis aqui apresentados não fogem de um padrão de comportamentos e ações que são direcionados às pessoas afrodescendentes, portanto, não esquiva do que por muito enfrentei em minha juventude e ainda enfrento o estigma de ser uma mulher, e mais, ser uma mulher negra, em uma sociedade machista e racista nos obriga a conviver com certas atitudes alheias que nos causam náuseas. É necessário desmascarar essas atitudes e coloca-las em seu lugar de racismo. As enfadonhas falas “você é uma negra bonita”, “negona do corpão”, “você é uma negra clara” ou ainda “nossa, que morena educada”, “preta inteligente”, ademais os olhares e comportamentos que alguns têm em nossa presença, como se não fossemos dignas do respeito, da educação ou do carinho, são alguns exemplos do racismo manifesto na sociedade brasileira e que fazem parte do nosso cotidiano.

De fato, algumas experiências dos estudantes diferem das minhas, o que quero evidenciar é o teor e a causa, ou seja, um teor preconceituoso causado pelo racismo. Sua manifestação ocorre nos variados espaços tanto no ambiente escolar, familiar, locais públicos

ou privados, causado por pessoas conhecidas ou desconhecidas, não iremos relacionar as experiências dos discentes com as minhas, ainda que em vários momentos se igualem com situações que experienciei. Iremos fazer um estudo sobre os relatos estudantis buscando entender suas causas e efeitos na vida dos mesmos.

O conhecimento das informações que constituem esse trabalho só foi possível devido a minha reinserção no ambiente escolar, como estagiária, a pesquisa-ação pode ser entendida como um tipo de pesquisa “que através dela se procura intervir na prática de modo inovador já no decorrer do próprio processo de pesquisa e não apenas como possível consequência de uma recomendação na etapa final do projeto” (ENGEL, 2000), teve início com a inserção do componente curricular Estágio Supervisionado em Geografia no curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em que pude exercer a práxis do ensino em geografia e através dela produzir este trabalho. Logo que me apresentei à equipe gestora da instituição de ensino e ao grupo de professoras/es fui bem recebida, ao apresentar minhas intenções meu pedido foi prontamente atendido e passei a estar naquele ambiente duas vezes por semana acompanhando uma professora e uma turma, de início em um estágio de observação, após em um estágio de coparticipação e por fim em dois estágios de regência de classe.

Aos poucos fui me tornando comum aquele ambiente e desenvolvendo uma boa relação tanto com os gestores, quanto com os professores e estudantes, voltando ao foco de nossa pesquisa, os discentes, estes se mostraram muito receptíveis, julgo que isso se deve pelo fato de ser eu uma professora jovem, como muitos estudantes diziam constantemente (esta experiência aconteceu quando eu tinha 22 anos de idade), esse aspecto está intimamente relacionada às turmas que acompanhei ser composta de estudantes de 15 a 20 anos de idade, a aproximação de idade, entre mim e os estudantes, permitiu que se sentissem mais confortáveis em minha presença facilitando nossa relação, uma situação recorrente era que os estudantes muitas vezes me procuravam, para relatar situações que lhes ocorria tanto no ambiente escolar quanto em outros ambientes, atendendo ao principal objetivo da pesquisa-ação que foi contribuir para que os estudantes negros legitimassem sua identidade como pessoas negras e colaborar para a percepção do racismo cotidiano e seu enfrentamento.



Quando os estudantes passaram a perceber situações racistas em seus cotidianos começaram a refletir sobre, deixando a apatia de lado, e muitas vezes recorriam a mim para expor suas aflições e tentar sanar suas dúvidas quanto à questão, e por fim o que pesou mais foi o autorreconhecimento, eles se autorreconheciam em mim, mais precisamente pelos traços físicos: cor da pele, cabelo crespo e idade; como os discentes relatavam em nossas aulas e em conversas, estava ali com eles compartilhando e construindo conhecimento uma pessoa jovem, negra e do sexo feminino, também grande contingente dos discentes das turmas eram negros/as, mais de 61%, outra questão que teve grande relevância foi o tempo da pesquisa-ação, que ocorreu entre dois anos, teve início em abril do ano de 2018, com o acompanhamento do 9º ano do Ensino Fundamental II, turma B, turno vespertino (9ºBV) até o fim do ano letivo de 2019, com o 1º ano do Ensino Médio, turma D, turno vespertino (1ºDV).

Com o objetivo de acompanhar a maior porcentagem de discentes da turma do ano de 2018, a turma era composta por 26 estudantes, no ano de 2019 precisei fazer uma análise das listas das turmas do primeiro ano do Ensino Médio da instituição de ensino, assim me direcionei em estar seguindo a turma que tinha a maior quantidade de estudantes do grupo que estava acompanhando no ano anterior, o equivalente a 40%, ou seja, em 2019 acompanhei o 1º ano do Ensino Médio, turma D, do turno vespertino (1ºDV), a turma era composta por 31 estudantes, em ambas as turmas houve a prevalência de indivíduos negros<sup>4</sup>, 61,5% no ano de 2018 e 64,5% no ano de 2019. Foi nesse contexto que pude reunir as informações que aqui apresento.

## 2. Discussões teórico-conceituais

Pensar teorias e conceitos que dialoguem com a realidade dos estudantes do ensino público na cidade de Feira de Santana, para a compreensão da população negra, brasileira e feirense é, acima de tudo, saber viver com a diferença, levando em consideração e em concordância com as palavras de Ribeiro (2018, p.27), que “diferenças não significam

---

<sup>4</sup> O critério para contabilização dos estudantes negros e brancos ocorreu por autodeclararão. Autodeclarados “pretos” e “pardos” são considerados “negros”.

desigualdades”, urge na sociedade feirense essa compreensão. Afinal, “queremos coexistir, de modo a construir novas bases sociais”.

O uso da palavra “empoderamento” tem se tornado constante na contemporaneidade, grupos conhecidos como minorias buscam obter visibilidade, serem tratados com dignidade, terem oportunidades de forma equilátera, de ser protagonista de sua história, enfim serem percebidos e gozarem de sua humanidade. Entretanto, a compreensão deste conceito para muitos se torna vazia e questionamentos surgem em relação a sua funcionalidade, neste sentido buscamos a elucidação. No português esta palavra não faz parte do nosso vocabulário se tornando um neologismo, sumariamente significa “dar poder”, tendo ação direta com atos políticos na busca por emancipações, este conceito tem sua gênese nas lutas dos movimentos feministas.

Joice Berth, em seu livro “Empoderamento” (2019), destaca a participação do educador brasileiro Paulo Freire, como um dos precursores desse termo, ao pensar sobre a realidade dos grupos oprimidos e criar a Teoria da Conscientização, que Berth afirma ser a inspiração do Empoderamento. Sobre a teoria da conscientização Freire (1979, p. 15) nos diz que:

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo.

Portanto, a conscientização acontece no ato de ação – reflexão. Através dessa tomada de consciência é possível despir a realidade, fazendo com que saíamos da esfera espontânea de captação da realidade e passamos a percebê-la criticamente. Nesse sentido o empoderamento é desenvolvido, pois leva em consideração o protagonismo do indivíduo em sua história e envolve a tomada de consciência crítica do cenário atual, o que permite perceber como a vida em sociedade é construída. Logo a conscientização “consiste no desenvolvimento



crítico da tomada de consciência” (FREIRE, 1979, p. 15). A emancipação dos grupos subalternizados envolve a conscientização, seguidamente o empoderamento.

Sendo assim, torna-se imprescindível dirimir a que tipo de poder estamos nos referindo ao nos remetermos ao empoderamento. A escritora supracitada nos indica a compreensão de Hanna Arendt (*apud* BERTH, 2019, p. 19) sobre o conceito de poder, no qual ela nos alerta sobre sua ação coletiva, sendo assim:

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em conjunto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome.

Percebemos o caráter social e subjetivo do poder, este muitas vezes relacionado com a instituição estatal. Sobre esta tomada de poder BERTH (2019, p.21) ratifica:

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na conduta articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor.

Julieta Kirkwood, socióloga chilena, em seu livro “Ser política en Chile las feminista y los partidos” (1986, p. 202), faz uma análise do que é poder e como ele atua, e nos diz que:

o poder não é, o poder se exerce. E se exerce em atos, em linguagem. Não é uma essência. Ninguém pode tomar o poder e guardá-lo em uma caixa forte. Conservar o poder não é mantê-lo escondido, nem o preservar de elementos estranhos, é exercê-lo continuamente, é transforma-lo em atos repetidos ou simultâneos de fazer, e de fazer com que outros façam ou pensem. Tomar-se o poder é tomar-se a ideia e o ato. (tradução nossa)

Neste sentido, percebemos que o poder atua nas diversas relações, sejam elas econômicas, sociais, políticas ou pessoais, essas relações de poder se apresentam em constantes conflitos de interesses. Com isso percebemos que o empoderamento é uma verdadeira tomada de poder pelos grupos minoritários, os quais se colocam como inconformados diante da estrutura social que vivenciam. Entendemos que o poder tem sua

operação em sociedade e atua nos mais diversos níveis, desde relações estatais a interpessoais. Vale salientar que, a tomada de poder a qual nos referimos não tem como objetivo que o oprimido se torne opressor, mas que oprimido se veja como ser social, que pode contribuir para a mudança da sociedade que compõe se autorreconhecendo como indivíduo, ser social, ser humano, que pode e deve se questionar sobre o que está posto. Neste sentido, Berth (2019, p.23) nos diz que:

Empoderar, dentro das premissas sugeridas, é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto, entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da História.

O empoderamento tem duas dimensões: a individual e a coletiva. Tendo em vista que um coletivo é formado de indivíduos, o empoderamento só ocorrerá à medida que cada indivíduo tome consciência de si e da condição social que lhe cerca e passe a questionar sobre as ideologias que lhes foram impostas, deixando de ser acrítico sobre o que lhe acontece e por que a sociedade que ele compõe e lhe cerca muitas vezes o sufoca, se comporta de tal maneira. Sendo assim:

É o empoderamento um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstruem e desconstruem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta as transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas (BERTH, 2019, p. 54).

Sabemos que o caminho do empoderamento se constitui recheado de desafios, mas também se apresenta como possibilidade de subversão da lógica social atual.

Compreender como os adolescentes negros e negras se percebem diante da sociedade e são percebidos pelos indivíduos brancos<sup>5</sup>, nos faz pensar sobre suas trajetórias de vida enquanto sujeitos sociais imersos em lógicas sociais racistas, neste sentido buscamos

---

<sup>5</sup> Nesse sentido torna-se adequado salientar que esse estudo não tem como foco a compreensão “apenas” do olhar dos estudantes negros quanto ao racismo, mas sim, de todos estudantes, que participaram da pesquisa, independentemente de sua cor de pele, as percepções deles se tornam dados enriquecedores para a pesquisa e devem ser levados em consideração, pois como seres sociais são afetados pela lógica social que lhes é imposta.



compreender o processo de autorreconhecimento a partir da análise do conceito de identidade. Pensar de que forma a afirmação da identidade negra contribui para a autoestima dos estudantes é ter sensibilidade para entender como os mesmos se sentem diante da sociedade que compõem.

Claudilene Maria da Silva em sua dissertação de mestrado (2009) buscou refletir sobre a identidade protagonizando as professoras negras, tendo como objetivo um estudo da compreensão de Claude Dubar (2005 apud SILVA, 2009, p. 20), o autor apresenta uma distinção da identidade social dividindo-a em duas vertentes; a identidade individual e a identidade coletiva. A autora conceitua cada uma delas da seguinte forma:

Para esse autor, a identidade social é construída na interação social, resultando da articulação entre duas transações: uma interna ao indivíduo e uma externa entre o indivíduo e as instituições com as quais ele interage, de forma que não temos como distinguir a identidade individual da identidade coletiva, uma vez que é pelo olhar do outro que nos reconhecemos. As duas transações são processos complexos, heterogêneos, mas articulados entre si, que procuram mostrar por meio do que o autor denominou “atos de atribuição e atos de pertencimento”, a identidade para o outro (quando caracterizam a pessoa que você é) e a identidade para si (quando você caracteriza a pessoa que você quer ser) (SILVA, 2009, p.20-21).

O autor chama nossa atenção ao relatar as duas dimensões da identidade, a relacional e a biográfica, advertindo como a visão do outro interfere de forma direta naquilo que pensamos de nós mesmos, compondo assim, nossa identidade. Saindo de uma abordagem mais ampla, buscamos aprofundar a construção identitária discutindo a noção de identidade negra, que segundo Claudilene Maria da Silva é entendida:

Como uma referência por meio da qual, a partir da sua relação com o outro, o indivíduo se autorreconhece e se constitui. Configura-se na construção de uma postura política em torno da percepção do pertencimento da pessoa negra, porque no Brasil ser negro é “tornar-se negro”. (SILVA, 2009, p. 22)

A autora faz referência à obra de Neusa Santos Souza, “Tornar-se Negro” (1983), na qual a autora faz uma abordagem de autorreconhecimento da identidade negra dos indivíduos negros, a qual foi negada pela violenta história de colonização, fazendo com que muitos indivíduos negros só vejam possibilidades de se verem como seres humanos, indivíduos ou

gente, a partir do momento que se identificam com o branco, tendo em vista que nossa sociedade tem a noção de belo, harmônico e confiável a partir de parâmetros brancos. A identidade negra busca o autorreconhecimento a partir da perspectiva étnico-racial, no reconhecimento de sua história, das suas raízes afrodescendentes e das lutas diárias dos negros para inserção plena na sociedade.

A identidade étnico-racial é definida como fator político que está intrínseco a vida da pessoa negra, reconhecer-se como negro/a é muito além de estar categorizado nas análises do IBGE, como preto ou pardo. Afirmar sua identidade negra é se perceber como indivíduo social que convive em uma sociedade desigual, violenta e racista, na qual os valores são definidos tão somente pela cor da pele. À vista disso, impende destacar o que a médica e ativista Fátima Oliveira destaca no tocante a essa temática:

Estudos da genética molecular, sob o concurso da genômica, são categóricos: a espécie humana é uma só e a diversidade de fenótipos (**isto é, características físicas, como a “cor da pele”**), bem como o fato de que cada genótipo é único, são normas da natureza. Tendo o DNA como material hereditário e o gene como unidade de análise, **não é possível definir quem é geneticamente negro, branco ou amarelo**. O genótipo sempre propõe diferentes possibilidades de fenótipos. **O que herdamos são genes e não caracteres!** (OLIVEIRA, 2004. p. 59, grifos nossos).

Em pleno século XXI é inadmissível o sustento de ideias do século XIX para trás, que preconizavam o fator biológico como justificativa para o progresso do racismo, teorias como essas já foram por inúmeras vezes superadas, no entanto, pensamentos que proliferam essas teorias são reciclados a cada dia, perpetuando, no Brasil a sociedade racista.

Como estamos discutindo no conjunto do texto a identidade negra está atrelada ao reconhecimento, ao empoderamento enquanto a sua condição na sociedade, nesse sentido Nilma Lino Gomes acrescenta que:

Reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência [...] A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial



ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (GOMES, 2005, p. 42-43).

Nesse sentido, enquanto sujeitos sociais são através da cultura e da história que nossa identidade negra é definida, estando relacionada ao fator individual e ao fator coletivo, a partir do momento em que reconhecemos nossa identidade étnica-racial e a partir do momento que nos reconhecem como pessoas pertencentes ao grupo étnico-racial negro. É importante acrescentar que em conjunto com os fatores coletivos, para a construção da identidade negra dos cidadãos<sup>6</sup> está a contribuição direta da família e da escola, nessa lógica Gomes, acrescenta:

A identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma (GOMES, 2005, p. 44).

Esta é a grande responsabilidade e o grande desafio das escolas públicas de Feira de Santana, na contemporaneidade. Estas devem compreender e desenvolver ferramentas que contribuam para a afirmação da identidade negra dos discentes, e não agir de forma negativa ou preconceituosa quanto à mesma, levando em consideração que a afirmação da identidade étnica-racial negra é “um processo contínuo construído por negros e negras nos vários espaços” (GOMES, 2005, p.44).

É necessário para o avançar da discussão compreender como se dá a questão do racismo na sociedade brasileira, para isso continuamos com os pensamentos de Gomes (2005), no qual ela define o racismo como:

Um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (GOMES, 2005, p. 52).

---

<sup>6</sup> Neste artigo leremos, muitas vezes, o termo “cidadão” como/iguais estudantes. Pois é o grupo foco desta pesquisa.

A autora supramencionada, tendo por base os estudos de Edson Borges, Carlos Alberto Medeiros e Jacques d'Adesky (apud GOMES, 2005, p. 52), nos indica que existem duas formas nas quais o racismo manifesta-se, também apontando que essas formas estão interligadas: a individual e a institucional.

Na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos. É o que vemos quando nos reportamos ao extinto regime do Apartheid na África do Sul ou os conflitos raciais nos Estados Unidos, sobretudo na década de 60, 70 e 80. No Brasil, esse tipo de racismo também existe, mas geralmente é camuflado pela mídia. A forma institucional do racismo, ainda segundo os autores supracitados, implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas) a qual insiste em retratar os negros, e outros grupos étnico/raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada (GOMES, 2005, p. 52-53).

A indagação que surge é: quais as bases para tal pensamento? Qual sua gênese e por que muitos os perpetuam hoje em dia? Buscando responder essas questões e outras, o sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, produziu o texto “Preconceito de cor e racismo no Brasil”, no ano de 2004, no qual faz um levantamento histórico sobre o racismo no Brasil por intermédio de autores nacionais e internacionais, e contribui com nosso estudo quando ele nos diz que:

O racismo surge, portanto, na cena política brasileira, como doutrina científica, quando se avizinha à abolição da escravatura e, conseqüentemente, à igualdade política e formal entre todos os brasileiros, e mesmo entre estes e os africanos escravizados (GUIMARÃES, 2004, p. 11).

Como temos conhecimento, o histórico da pessoa negra no Brasil e dos africanos, tem início com a colonização e escravização destes. Após mais de trezentos anos escravizados, os



africanos e afrodescendentes conquistam o direito à liberdade e a vida em sociedade no Brasil. Em seguida, começa outra parte do “pesadelo”, agora a marginalização político-social e o preconceito, que se perpetuaram a partir de ideologias<sup>7</sup> construídas e naturalizadas na sociedade brasileira, as quais serviam para justificar o processo da escravização das pessoas negras e dos povos nativos<sup>8</sup> - os chamados índios, continuam em ênfase na vida dos cidadãos brancos que não conseguem e/ou não querem, (além do mais, não passaram por um processo de reeducação quanto a situação), ver as pessoas negras com os mesmos direitos que eles, e como integrantes da sociedade. Por conta do histórico do racismo no Brasil uma de suas faces recebe maior relevo, o racismo institucional. Gomes (2005, p. 46) acrescenta:

Lamentavelmente, o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação. Por isso dizemos que vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta, muito diferente de outros contextos onde esse fenômeno também acontece. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial mas no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país.

Por conta dessa ambiguidade, nasce no Brasil o mito da democracia racial, em que é preconizado que no território brasileiro, negros e brancos tem os mesmos direitos e as mesmas oportunidades. Sobre o mito da democracia racial, Gomes (2005, p. 57) nos diz que:

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento.

Esse mito foi manipulado para afirmar ainda mais o poder dos brancos, fazendo que, no Brasil, parte da sociedade negra passasse a acreditar em tal afirmação, colocando em jogo

---

<sup>7</sup> Tais quais: uma raça inferior, sem alma, sem crença, sem identidade, sem cultura. Enfim, tudo que é ruim e inferior foi (e é) direcionado para a população negra; questão essa que tem contribuído para a perpetuação do racismo ainda hoje.

<sup>8</sup> Apesar de não ser o foco desta pesquisa, consideramos justo citar os povos autóctones, pois esses foram violentados e roubados desde o momento que os portugueses tiveram contato com a terra que resolveram denominaram de Brasil.

outra peça, a meritocracia, em que muitos negros acreditam não conseguir tal cargo ou serem vistos como menores por não serem dignos. Ademais esse mito nega a discriminação racial, ele proporciona a segregação espacial, e descarta a história de formação do território brasileiro, desconsiderando um dos povos que deu o sangue, literalmente, para a construção desse Estado. Silva discute como as pessoas inclinam-se a mascarar esse mito, relatando que:

No Brasil, em função do mito da democracia racial, as pessoas tendem a acreditar que não temos problemas étnico-raciais. Nossos problemas seriam de ordem social. As desigualdades seriam apenas sociais e, portanto, se a população negra ascender socialmente ela não mais vivenciará as práticas discriminatórias às quais está exposta (SILVA, 2009, p.115).

Entretanto, a realidade que vivenciamos é outra, poucos de nós, pertencentes à população negra, ascendemos socialmente, pois há uma estrutura institucionalizada que não permite que ocupemos lugares de destaque na sociedade, a qual nos nega igualdade de oportunidade nos diversos setores sociais, essa estrutura preconceituosa nos marginaliza. Sendo mais uma ideologia que precisa ser vencida pelo povo negro.

Apoiado nesse mito que muitos ainda hoje perpetuam o racismo no Brasil, disfarçando essa violência em brincadeiras, e quando os ofendidos buscam reparações ou demonstram sua indignação e insatisfação, quanto ao ocorrido, são silenciados, pois suas atitudes são vista como “mimimi”<sup>9</sup> (termo usado atualmente, principalmente pela juventude no intuito de conter a fala de outra pessoa que geralmente está reclamando de algo,) e vitimização<sup>10</sup> (termo utilizado no intuito de indicar que alguém está tomando para si o lugar de vítima em determinada situação), “dessa forma, o mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil e reforçando as discriminações” (GOMES, 2005, p.57).

O silenciamento ocupa três dimensões, ele ocorre quando as pessoas negras são oprimidas e obrigadas a se calar diante de situações preconceituosas, ocorre também quando

<sup>9</sup> Aos interessados sobre a gênese do termo e uma breve discussão: <https://revistaforum.com.br/blogs/segundatela/criadores-do-mimimi-criticam-mau-uso-do-termo/>

<sup>10</sup> Para os instigados com o termo indicamos o estudo feito pela Sociedade Brasileira de Inteligência Emocional (SBIE), no qual a equipe conceitual essa expressão: <https://www.sbie.com.br/blog/vitimizacao-o-conceito-utilizado-para-expressar-problemas-emocionais-nao-resolvidos/>



essas pessoas estão enfadadas de mostrar sua indignação, e se calam com o objetivo de evitar conflitos, e por fim, talvez de maior relevância, ocorre quando as instituições político-sociais se fecham diante das múltiplas etnias que compõe o Brasil e os problemas que lhes circundam. Portanto, o “silenciamento sobre a condição étnico-racial da sociedade brasileira propõe-se ao “esquecimento” de que somos um país majoritariamente negro e mestiço, nascido e prosperado sob a égide da escravidão negra.” (SILVA, 2009, p. 44). Como consequência ocorre à reafirmação de pensamentos preconceituosos na sociedade brasileira.

Eliana Cavalleiro (2014) em seu estudo intitulado “Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil”, fala sobre o papel da família e da escola, nos alertando que nesses ambientes existem práticas de silenciamento e camuflagem de atitudes racistas, as quais muitas vezes passam despercebidas no intuito de evitar conflitos, condutas que permitem a perpetuação do racismo no cotidiano das crianças. Adotar a opção de silenciar diante dessas situações é audaz, como nos afirma Godoy (*apud* CAVALLEIRO, 2014, p. 37), “as crianças negras nessa faixa etária se sentem desconfortáveis quando da necessidade de verbalizar e ou assumir sua condição étnica”.

Outro termo que é bastante utilizado na atualidade é o racismo reverso, pensamento que procura enfraquecer o racismo, ao declarar que pessoas brancas também sofrem preconceitos étnico-raciais e discriminação, por parte de pessoas negras, esse é outro pensamento que busca desmentir a história das bases de formação do Brasil. A possibilidade do racismo reverso existe no Brasil, seria apenas uma: se todo histórico de escravização fosse realizada com pessoas brancas; se o povo branco tivesse sido tirado do continente africano, e tivessem sido obrigados a trabalhar em uma pátria que não era sua, de graça; se fossem ameaçados e violentados de forma constante, tanto fisicamente quanto mentalmente; se fossem obrigados a negar sua fé; se tivessem sido estereotipados de todas as formas negativas e colocados como inferiores em todos os quesitos imagináveis e inimagináveis. Assim, teria existido o tal do racismo reverso.

Ao nosso pensamento, Riberio (2018, p. 41) acrescenta que “racismo é um sistema de opressão, e para haver racismo, deve haver relações de poder. Negros não possuem poder institucional para ser racistas. A população negra sofre um histórico de opressão e violência que a exclui.” Deste modo, compreendemos que as discussões sobre racismo reverso e sua

existência, fogem ao conhecimento das bases de formação do território brasileiro, e está totalmente desconexo com a história do povo negro no Brasil.

### 3. Caminhos percorridos

A pesquisa foi desenvolvida sob uma abordagem qualitativa, pois tem a preocupação de compreender uma questão social, considerando as particularidades do grupo estudado, de acordo com Jesus (2016, p. 36):

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento, supondo um contato direto e prolongado do mesmo com o ambiente e a situação que está sendo investigada, normalmente por meio de um trabalho de campo.

Também utiliza como aparato bibliográfico obras de autoras e autores que tratam sobre o tema. Com o objetivo de estudar profundamente a questão em pauta, essa pesquisa foi desenvolvida a partir do acompanhamento de indivíduos (estudantes), na transição do Ensino Fundamental II para o primeiro ano do Ensino Médio, de uma escola estadual localizada na cidade de Feira de Santana/BA.

O estudo começou com a inserção do conteúdo “África: heranças, conflitos e diversidades”, por meio dele buscamos evidenciar a relação dos povos africanos com a história do povo brasileiro, e discutir como se (re)produzem as relações étnicas-raciais no Brasil. No primeiro momento as intervenções buscavam desmistificar pensamentos sobre o continente africano, para isso nos apropriamos da leitura de textos e mapas, interpretações de gráficos e tabelas, visualização de matérias audiovisuais. Os textos nos apresentavam as várias etnias do continente africano, os estudos dos mapas nos proporcionaram a observação dos aspectos geográficos do continente, como a geomorfologia, o clima e a hidrografia, a interpretação de gráficos e tabelas nos permitiu compreender a densidade demográfica dos países do continente, a distribuição etária e a utilização de instrumentos audiovisuais consentiram conhecer a rica fauna e a flora do continente africano.



Em um segundo momento a turma passou por um processo de reorganiza de ideias, procuramos construir conhecimentos sobre como os povos africanos chegaram ao território brasileiro, quais foram seus comportamentos diante do novo lugar e antes de chegarem nesse novo lugar, dos indivíduos que os trouxeram para este território e dos indivíduos que aqui estavam, para compreender essas situações, nos apoiamos em textos, poesias, e atividades do livro didático. Os textos nos contavam histórias de antes do evento da expansão marítima europeia como os povos africanos viviam em seus territórios e como os povos autóctones aqui viviam, nos contavam um pouco de suas culturas, como as línguas e suas religiões; as poesias nos permitiam “usufruir” dos sentimentos das pessoas que estavam nos navios negreiros, dos povos autóctones e das expectativas dos colonizadores; as atividades do livro didático permitiam a realização de um trabalho mnemônico.

O terceiro período foi separado para a valorização das pessoas negras na sociedade brasileira, nesse sentido fizemos novamente o uso de gráficos estatísticos e dos instrumentos audiovisuais. Os gráficos expõem dados do percentual de negros na sociedade brasileira, os locais que são ocupados pelos mesmos e como tem ocorrido a conquista de lugares considerados como de destaque pela população afro-brasileira, neste momento utilizamos também dados estatísticos para compreender e questionar a realidade brasileira, apreender alguns dados como: a porcentagem de cargos gerencias ocupados por negros, a representatividade negra no senado, o crescimento do percentual de pessoas negras no ensino superior, informações que mostrem o empoderamento da população negra durante os anos. Apropriamo-nos dos recursos audiovisuais para apresentar pessoas negras, nacionais e internacionais que são evidenciadas pela mídia de modo positivo, como o ator Lázaro Ramos, a jornalista Maju Coutinho, a cantora Beyoncé, o ex-presidente dos Estados Unidos Barack Obama, entre outros.

A quarta atividade que queremos evidenciar trata da visita a um quilombo, lá conhecemos uma população remanescentes de escravos, podemos conhecer alguns espaços daquele local, como a casa de farinha e a horta, também tivemos a rica oportunidade de ouvir histórias contadas pelas pessoas mais velhas daquele grupo. Essa experiência nos gerou uma exposição fotográfica a qual foi realizada a partir de fotos tiradas pelos discentes, intitulada “A cara do Brasil”; no ambiente dessa exposição os estudantes construíram stands com temas

voltados para o racismo e a cultura afro-brasileira. Nesse momento puderam falar das experiências que aconteceram na visita ao quilombo e relaciona-las com os conteúdos discutidos em sala de aula para os visitantes.

No terceiro ciclo do ano letivo de 2019, elaborei uma oficina com um grupo focal de 15 participantes, destes 13 eram do sexo feminino e 2 do sexo masculino, todos integrantes do 1ºDV, a turma que estava ministrando aulas, a escolha em participar da oficina foi voluntária; durante esse trabalho as falas dos estudantes serão indicadas por letras do alfabeto brasileiro (A, B, C, D e assim sucessivamente), suas idades variavam entre os 17 aos 20 anos. A oficina foi desenvolvida da seguinte forma: exibição do vídeo - Doll Test - Os efeitos do racismo em crianças (POR) <sup>11</sup>, com o intuito de que os estudantes voltassem a refletir sobre o racismo e seus efeitos na sociedade brasileira e para a população negra. Em seguida foi aberto o grupo focal, o qual foi norteado por quatro perguntas com o objetivo de incitar o diálogo, de ouvir os estudantes sobre o tema e conhecer suas experiências de vida recortadas pelo objeto em debate. A técnica principal para obtenção dos relatos estudantis foi à realização do grupo focal com os 15 estudantes, “sua adoção atende invariavelmente ao objetivo de apreender percepções, opiniões e sentimentos frente a um tema determinado num ambiente de interação.” (TRAD, 2009). Sendo assim o grupo focal se adequa perfeitamente a essa pesquisa com ênfase qualitativa.

Assim, considerando o período que a turma foi acompanhada, por dois anos, acredito ter sido suficiente para perceber mudanças comportamentais dos discentes quanto à questão racial e afirmação da identidade negra. Após as atividades e discussões propostas, pude observar comportamentos diferentes de outrora. As mudanças foram expressivas principalmente no que diz respeito ao comportamento individual (dos estudantes) e de outras pessoas para com os estudantes, os discentes passaram a rememorar momentos em suas vidas que lhes causavam estranheza, ao observar essas ocasiões de modo crítico passaram a identificar que algumas dessas ocorrências se configuravam como racistas. Perceber que o racismo ronda nosso cotidiano nos torna sensíveis para combatê-lo, entretanto, sabemos que o racismo muitas vezes se apresenta nas “sutilezas”, por isso, nós negros precisamos estar

<sup>11</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=CdoqmqmNB9JE>



atentos a atitudes que direcionamos e que nos são direcionadas no nosso dia a dia. Sim, que direcionamos, pois muitas vezes nos comportamos de modo racista com os nossos iguais, não podemos esquecer que as “sutilezas” do racismo estão relacionadas a ele ser uma ideologia que atravessou séculos e estar intrínseco a nossa sociedade.

Outro resultado interessante foi à observância de expressões impregnadas de racismo, os discentes buscaram ser cuidadosos quanto às mesmas, em vários momentos em sala de aula eles corrigiam os colegas e modificavam suas falas quando percebiam que continham sentido racista. Mais uma vez percebemos a “sutileza” do racismo e como os estudantes se portaram para combatê-la.

A desnaturalização de comportamentos com teor racista também é algo que merece ênfase, nem sempre é através da agressão física ou de ofensas que o racismo aparece, os estudantes conseguiram compreender isso, e começaram a se questionar sobre atitudes como: ver a pessoa negra como exótica; como alguém (ou objeto) que precisa ser estudado por ser considerado diferente (sendo que a maior parte da população brasileira é negra); analisar através do toque se o cabelo do indivíduo é permeável ou então a seguinte imposição – você é negra/o não pode alisar o cabelo, definindo isso como fator de identidade; o medo de ter seus bens roubados por compartilhar o espaço com uma pessoa negra e supor que esta é assaltante ou não ser atendido em uma loja entendendo que aquele/a não possui poder aquisitivo para a compra.

Os estudantes passaram a discutir sobre as relações raciais em seus ciclos familiares e de amigos, no entanto, em alguns momentos em sala de aula, quando estávamos construindo conhecimento sobre o conteúdo, os estudantes relatavam que o assunto não recebia muita atenção ou ainda eram silenciados quando falavam sobre racismo com os seus familiares e amigos, lhes diziam que isso não existia, outrora o estudante era interrompido, descreditando o conteúdo do debate que estavam empreitando.

Logo, a opção metodológica desta pesquisa perfaz caminhos que vão desde a observação comportamental e atitudinal ao diálogo com bibliografias que tratam sobre o foco da discussão, tendo os estudantes como atores principais nessa trama. Através desses elementos é possível compreender as percepções dos estudantes quanto ao racismo antes e depois das intervenções realizadas no ambiente escolar e por meio da instituição de ensino.

#### 4. O mito da democracia racial, hoje: relatos estudantis

A partir das discussões realizadas acima e do caminho metodológico desenvolvido, tendo como gatilho principal o contato direto com as vivências e experiências escolares, mediante os estágios supervisionados proporcionados pelo curso licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana, foram permitidas compreensões sobre as percepções e experiências dos discentes voltadas às questões raciais, e o problema do racismo no Brasil e na cidade de Feira de Santana/BA. Sendo assim, a análise das situações relacionadas às conjunturas raciais percebidas pelos estudantes, nos consente intuir suas experiências quanto ao racismo.

É possível perceber que a valorização da pessoa negra na sociedade brasileira se apresenta muitas vezes de forma irreal, desafios nos são impostos constantemente, e parece que vivemos uma verdadeira corrida para provar nosso valor, competência e dignidade.

“Não somos todos iguais (pausa) o negro vem sofrendo diariamente, mesmo sendo médico, advogado, juiz, não é respeitado, não é, pode ter certeza que vai ter alguém em seu trabalho que você pode ser superior, mas vai zombar com sua cara.” (A)

Os cargos mais altos no colégio é para pessoas brancas, mas o que que acontece antigamente, esse cargo para ser ocupado pelo negro era com dificuldades, hoje a gente tem oportunidade, tem, mas a oportunidade que a gente tem comparado ao branco, é isso aqui oh (fazendo sinal de diminuição com os dedos), o branco tem muito mais oportunidade que a gente, muito mais alternativa (R).

Nas falas acima conseguimos entender como os estudantes percebem as relações de trabalho na sociedade feirense e brasileira, eles se mostram desesperançados quanto à questão, por não se veem valorizados, mesmo que passem a exercer profissões vistas como importantes no meio social, eles não conseguem se imaginar estimados nesses cargos. Também percebem a segregação espacial e a falta de oportunidades para os pertencentes à população negra. Nesse sentido SILVA (2009, p. 110) diz:

A postura de autoafirmação demanda muitos esforços para mostrar características de dignidade da pessoa negra, uma vez que o negro no imaginário social brasileiro é cercado por um conjunto de considerações depreciativas sobre seu caráter, seus valores, suas crenças. Por isso precisa ser tudo sempre impecável. Por isso a



necessidade de sobressair-se sempre. Os negros precisam provar cotidianamente que são bons.

O retrato das vivências da população negra brasileira é marcado pelo racismo, por conta disso muitos negros optam pelo silenciamento diante dessas situações ou buscam o afastamento dos ambientes onde sofreram o preconceito.

Professora eu moro na zona rural, para a gente ir para escola tem que pegar ônibus, tinha vezes que quando tava chovendo a gente tinha que ir a pé com água na cintura. Teve uma vez, quando eu era pequena, que quando eu entrei no ônibus o povo ficou olhando para minha cara e rindo de mim, aí eu fui sentar mais pro fundo, tinha uns meninos que ficavam chacotando de mim, chamando de neguinha e outras coisas, aí eles cortaram meu cabelo professora, cortaram meu cabelo (pausa) quando cheguei em casa, falei para meu pai, ele não falou nada, não ligou. Nunca mais voltei para aquela escola (L)

Pró e eu que fui na casa da menina pedir em namoro, o pai me olhou de cima para baixo, olhou meus brincos, eu tava arrumadinho... me olhou com umas caras, aí ele não deixou nós namorar (B)

A experiência proporcionada pelo racismo é tamanha que nos expulsa de determinados ambientes e vivências. Os relatos desses estudantes são exemplos de como, ainda hoje, algumas pessoas brancas se colocam como superiores às negras, mesmo vivendo em situações sociais semelhantes. A existência de leis como a 7.716, de 5 de janeiro de 1989 que criminaliza ações racistas e confere aos criminosos pena de reclusão, não intimida essas pessoas. Nesse sentido RIBEIRO (2018, p. 42) nos diz que “há uma hegemonia branca criada pelo racismo que confere privilégios sociais a um grupo em detrimento do outro”, perpetuando o racismo e permitindo que pessoas brancas se vejam superiores as pessoas negras.

Na situação relatada pela estudante moradora da zona rural é possível perceber a ação do racismo individual que “manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos” (GOMES, 2005, p. 14).

Outras questões que circundam a vidas dos estudantes, no tocante ao racismo, é a negação do mesmo, e/ou a não compreensão do que se trata. “Léia, se uma pessoa me chama de branca azeda, cabelo lembido, rindo de minha cara, isso não é racismo?” (M); “Eu acho que a gente não deveria ficar toda hora falando de racismo, preconceito essas coisas, assim ele

ia parar de existir” (O). Diante desses pensamentos, as pessoas negras que reclamam os seus direitos são vistas como baderneiras cheias de mimimi. É preciso levar em consideração que “a reprodução ampliada das desigualdades raciais no Brasil coexiste com a suavização crescente das atitudes e dos comportamentos racistas” (GUIMARÃES, 2004, p. 25).

Acreditamos que o silenciamento sobre as questões raciais não é a solução para o assunto, uma vez que:

Refletir sobre a questão racial brasileira não é algo particular que deve interessar somente às pessoas que pertencem ao grupo étnico/racial negro. Ela é uma questão social, política e cultural de todos(as) os(as) brasileiros(as). Ou seja, é uma questão da sociedade brasileira e, também, mundial [...] Enfim, ela é uma questão da humanidade.

Por isso é preciso falar sobre a questão racial, desmistificar o racismo, superar a discriminação racial. Diferentemente do que alguns pensam, quando discutimos publicamente o racismo não estamos acirrando o conflito entre os diferentes grupos étnico/raciais. Na realidade é o silenciamento sobre essa questão, que mais reforça a existência do racismo, da discriminação e da desigualdade racial (GOMES, 2005, p. 13).

A discussão sobre o racismo é permeada de muita complexidade e, apesar de pensarmos que os discentes tem conhecimento sobre a realidade político-social existente, como podemos perceber isso não é fato, por esse motivo a importância de professoras/es que estejam compromissadas/os em discutir em sala de aula as questões raciais. Colocar essas questões em pauta no ambiente escolar contribui para a formação de estudantes conscientes sobre a realidade política e social que lhe cerca. Portanto podemos entender que:

Quanto mais a sociedade, a escola e o poder público negam a lamentável existência do racismo entre nós, mais o racismo existente no Brasil vai se propagando e invadindo as mentalidades, as subjetividades e as condições sociais dos negros. O abismo racial entre negros e brancos no Brasil existe de fato. As pesquisas científicas e as recentes estatísticas oficiais do Estado brasileiro que comparam as condições de vida, emprego, saúde, escolaridade, entre outros índices de desenvolvimento humano, vividos por negros e brancos, comprovam a existência de uma grande desigualdade racial em nosso país. Essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada a exclusão social e a desigualdade socioeconômica que atingem toda a população brasileira e, de um modo particular, o povo negro (GOMES, 2005, p. 9).



É preciso explicar a questão do racismo reverso no ambiente escolar, para que os discentes tenham consciência que o conceito de racismo envolve um histórico político-social atrelado a população negra e por isso situações racistas nunca aconteceram com pessoas brancas, a menos que a história social brasileira seja invertida. Nas palavras de Ribeiro (2018, p. 41), “para haver racismo reverso, precisaria ter existido navios branqueiros, escravização por mais de trezentos anos da população branca, negação dos direitos a ela. Não se pode confundir racismo com preconceito e má educação”.

O Brasil se constitui em um país com pluralidades étnico-raciais, além do que, é um país que passou (e passa) por um processo de miscigenação, por isso a população brasileira apresenta uma mistura de fenótipos. Em uma família seus integrantes geralmente apresentam diferenças físicas, tais quais: cor da pele, tipo de estrutura capilar, formato dos olhos, boca, nariz etc. Mesmo diante dessa compreensão alguns cidadãos buscam qualificar as pessoas através de características físicas.

Pró, eu tava no médico com minha mãe e meu irmão que é um bebê, a mulher pensou que ele era meu filho, só porque, minha mãe é negra e eu e ele não somos, aí minha mãe disse, eles são meus filhos, tirou o peito e deu leite a meu irmão” (C)  
“Léia, minha vó que já morreu, nunca me deu presentes, só a minha irmã, que é branca, eu não ligava, minha mãe sempre me dava presentes (seu semblante muda e ela fica cabisbaixa) (D).

A partir dessas falas percebemos como a população feirense não tem conhecimento da dimensão étnica-racial que compõe o Brasil, vemos a perpetuação do racismo até mesmo dentro da família. De tal forma torna-se preciso repensar estratégias de educação que colaborem para o conhecimento das múltiplas etnias que compõe o Brasil e suas relações. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, determina em seu artigo 3º, inciso XII a “consideração com a diversidade étnico-racial como um dos princípios fundamentais da educação escolar no país”.

Ações perante práticas racistas precisam ser pensadas, no intuito de combater o preconceito racial, na intenção que toda a sociedade brasileira possa viver na equidade, os relatos de ocorrência de racismo são constantes, vidas têm sido transformadas por meio da opressão e da violência racista, por conta disso hoje em dia é anunciado o empoderamento da

população negra, com a finalidade que se reconheçam como cidadãos negros e não tenham vergonha de seus traços, buscando assim estabelecer sua identidade negra.

Seis anos de idade eu usava óculos ainda, ai o menino, ele, colocou o pé para eu cair, mas só que ele era branco (pausa) a professora viu que ele colocou o pé para eu cair, mas não me defendeu, ai ele tomou meu lápis, eu disse, eu vou querer meu lápis, fiz um escândalo professora, mas ninguém, ninguém me defendeu, eu fiz um escândalo, ai quando eu vi eu passando pela mesma situação com 18 anos, ano passado, eu fiz não, não vou aceitar, por isso eu fui para cima, a senhora não deixou eu bater, mas eu queria (N).

Por conta da experiência de vida marcada pelo racismo muitos negros optam por agir de forma violenta contra seu agressor, o intuito não é se igualar, mas sim se defender. Geralmente essas situações ocorrem quando o indivíduo negro se encontra saturado e vê essa como única alternativa de se impor. Nossa história é marcada por violência desde a colonização até os tempos atuais, “o racismo é compreendido como uma violência no corpo e na subjetividade negra, já que nossa sociedade construiu a noção de belo, harmônico, e por fim de humano a partir dos parâmetros brancos” (SCHUCMAN; MARTINS, 2017, p. 178).

### **Para não concluir**

A experiência vivenciada numa escola estadual no município de Feira de Santana/BA nos proporcionou contato direto com os discentes, concomitante inquietações e indagações foram afloradas quanto à questão racial no Brasil, nesse sentido buscamos entender quais percepções os estudantes compreendiam sobre o assunto. Essas interrogações foram norteadoras desta pesquisa e proporcionaram experiências enriquecedoras para o desenvolvimento da profissão docente, também, contribuiu para a formação cidadã dos estudantes, colaborando para o aprimoramento do olhar crítico sobre as questões raciais no Brasil. Durante os estágios na instituição de ensino público, pude perceber que a mesma têm ações contra o racismo, tomando cuidado para não se tornarem atividades pontuais, no entanto essas são massificadas no novembro negro, sendo assim a instituição tem se comprometido na luta contra o racismo e buscado entender a multiplicidade étnica-racial que compõe aquele



ambiente escolar e o Brasil, se portando como agente propagador de pensamentos críticos sobre as experiências vivenciadas pelos estudantes e de forma antirracista.

A escola desde o início do ano letivo adquire uma postura de práxis sobre as questões raciais no Brasil, explorando textos, dados, imagens, charges, tirinhas, murais expositivos que tratem sobre as questões étnico-raciais, colaborando desse modo para a criticidade dos estudantes quanto à mesma. Nessa perspectiva, as/os professoras/es negras/os e não negras/os utilizaram dessas ferramentas para estimular o debate. As/Os professoras/es são agentes indispensáveis nessa trama, pois são às pessoas que mais têm contato com os discentes no ambiente escolar. Uma professora que pensa criticamente sobre como ocorreu à formação da sociedade brasileira e as questões étnico-raciais, consegue instigar os estudantes a se questionarem sobre o que está posto, alargando seus horizontes e contribuindo para sua formação cidadã.

Durante toda discussão que tivemos, até então, e de nossa experiência de vida enquanto negra em uma sociedade racista é evidente que a democracia racial no Brasil se configura como um mito, os dados da pesquisa comprovaram através das vivências dos e com os estudantes da escola pública que tive a honra de ministrar aulas e construir conhecimentos, que esse mito tem os atingido e esses têm sofrido com o racismo institucional desde sua infância. Urge a necessidade de combate ao racismo institucionalizado, em todos os ambientes sociais, é preciso desmentir questões como a inexistência de racismo no Brasil e racismo reverso, acrescentamos que por ser a população brasileira caracterizada como miscigenada e composta em sua maioria pela população negra, é precioso que o povo brasileiro conheça suas raízes sua história e aprendam a conviver com a diversidade étnico-racial que compõe esse mosaico chamado Brasil.

Até quando vamos viver em uma sociedade preconceituosa, violenta, racista? Até quando iremos presenciar o genocídio velado da população negra e ficarmos calados? Até quando veremos os negros silenciados e apartados? Até quando vamos ver os jovens e adolescentes adoecidos pela sociedade racista? Até quando presenciaremos nossos jovens sem expectativas de futuro por não acreditarem que poderão ser inseridos no mercado de trabalho por seu fenótipo? Precisamos gritar a violência que vivenciamos cotidianamente, carecemos dizer não ao sistema político-social vigente, que não agrega, não busca a equidade, e não



proporciona meios de inclusão da grande parcela da população brasileira – a população negra, que conquistou o direito de ser cidadão através de lutas que jamais serão esquecidas. Nós educadoras e educadores negros, corroboramos com as ideias do mestre Paulo Freire (2000, p. 31) em que ele diz:

Se a educação não transforma sozinha a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos.

Assim sendo, sou uma professora negra, que reconheço a luta dos meus antepassados africanos, que convivo em uma sociedade com um sistema político-social racista, e escolhi me posicionar contra esse sistema, pois acredito que vidas negras importam, e que o racismo institucionalizado precisa ser vencido com urgência. Como campo de atuação contra essas práticas escolhi a educação por acreditar que através dela é possível ter mudança político-social no Brasil. E a cada manhã, a cada minuto de minha existência me ocuparei de buscar encarnar a luta contra o racismo.



## Referências

- BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BRASIL. Lei n.º. 7.716 de 05 de janeiro de 1989. **Diário Oficial**, Brasília, 08 de janeiro de 1996.
- BRASIL. Lei n.º. 9.394 de 20 de novembro de 1996. **Diário Oficial**, Brasília, 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. IBGE. (ed.). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2019.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do Silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito, e discriminação na educação infantil**. 6.ed., 1ª reimpressão – São Paulo: contexto, 2014.
- ENGEL, Guido Irineu. **Pesquisa-ação**. Educar, Curitiba, n. 16, p. 181-191, jan. 2000. Editora da UFPR. Disponível em: [http://www.educaremvista.ufpr.br/arquivos\\_16/irineu\\_engel.pdf](http://www.educaremvista.ufpr.br/arquivos_16/irineu_engel.pdf). Acesso em: 11 set. 2020.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000. 63 p.
- GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Secretária de educação continuada, alfabetização e diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 10-43, 2004.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2020**. [s.l.]: [s.n.], 2020.
- JESUS, Luzian Priscila Conceição Santos de Jesus. **O estágio extracurricular**. 2016. 59 F. Dissertação (Graduação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2016.
- Kirkwood, Julieta. **Ser política en Chile: las feministas y los partidos políticos**. Santiago: Flacso. Março, 1986.
- OLIVEIRA, F. **Ser negro no Brasil: alcances e limites**. Estudos Avançados, v. 18, n. 50, p. 57-60, 1 abr. 2004.
- PEDROSO, Josélia Inês Zanin. **O Preconceito Racial no Ambiente Escolar**. Rebouças: [s.n.], 2013.
- PNAD. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>. Acesso em: 22 fev. 2020.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.



SANTOS, Neusa Santos. **Torna-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1983.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 37, p. 172-185, 2017.

SILVA, Claudilene Maria da. **Professoras Negras**: Construindo Identidades e Práticas de Enfrentamento Do Racismo No Espaço Escolar. 2009. 162 F. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal De Pernambuco, CE, 2009.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2009.

TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, [S.L.]. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. [S.L]: Moderna, 2019. 180 p. Disponível em: [https://www.todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/\\_posts/302.pdf](https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf). Acesso em: 11 set. 2020.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

**Artigo recebido para publicação em:** 31 de maio de 2020.

**Artigo aprovado para publicação em:** de 27 de novembro de 2020.